



Demonstrações Financeiras

Companhia Agrícola Quatá

**31 de março de 2024 e 2023
com Relatório do Auditor Independente**

Índice

Relatório da Administração

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras..... 1

Demonstrações financeiras auditadas

Balço patrimonial	4
Demonstração do resultado	5
Demonstração do resultado abrangente	6
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	7
Demonstração dos fluxos de caixa - método indireto	8
Demonstração do valor adicionado	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10



Relatório da Administração

A Diretoria

1. Introdução

Prezados Senhores:

No Relatório da Administração da safra 23/24, demonstraremos a performance financeira sustentando o nosso comprometimento com o crescimento, a preservação do meio ambiente, o respeito a sociedade e perenidade da Companhia. As demonstrações financeiras incluem: o balanço patrimonial em 31 de março de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e a demonstração dos fluxos de caixa, relativos ao exercício social encerrado em 31 de março de 2024.

1.1. Visão Geral da Companhia

A Companhia Agrícola Quatá (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado que explora suas terras próprias de maneira passiva, mediante cessão do seu uso para serem exploradas por parceiro produtor através do contrato de parceria agrícola, o que tornaria sua operação mais simples e menos onerosa.

As demonstrações financeiras da Companhia devem ser analisadas em conjunto com as demonstrações financeiras apresentadas pela Açucareira Quatá S.A. (AQ) levando-se em consideração as particularidades de cada empresa, especialmente os saldos em contas de ativo e passivos com partes relacionadas.

2. Governança

2.1. Governança Corporativa

Ao longo das últimas safras a Companhia implantou uma série de medidas para fortalecer os seus controles, aumentar a Governança e maximizar os seus resultados.

O Conselho de Administração é o pilar e grande incentivador dessa estrutura de Governança e é apoiado por outros comitês e fóruns de gestão. O mandato do conselho de administração é de dois anos e tem como objetivo discutir e aprovar os Planos Estratégicos, visando promover o crescimento sustentável da Companhia além de, proteger e maximizar o retorno do investimento dos acionistas, aprovar políticas e diretrizes e acompanhar o cumprimento dos objetivos estabelecidos no Planejamento Estratégico.

Essa estrutura demonstra o compromisso da Companhia com as melhores práticas de Governança Corporativa, a independência na tomada de decisão executiva alinhado com os interesses de longo prazo dos acionistas e dos demais stakeholders, visando garantir o cumprimento da missão de dar continuidade a capacidade de inovar e planejar o futuro em busca do crescimento sustentável.



2.2. Política de dividendos

Os dividendos serão destinados de acordo com o artigo 33 do Estatuto Social da Companhia, que estabelece uma série de regras e limites para pagamento dos dividendos mínimos obrigatórios e dividendos adicionais, entre estes, à manutenção de indicadores saudáveis de endividamento.

2.3. Controles Internos e Gestão de Riscos

A Companhia, no exercício de sua gestão, adota procedimentos, relatórios e ações em conformidade com os padrões de Governança Corporativa hoje existentes no mercado, dentre os quais destacamos:

- Gestão de riscos;
- Elaboração de Orçamento Plurianual;
- Robusta gestão do fluxo de caixa e de endividamento;
- Acompanhamento da performance mensal Previsto x Realizado
- Auditoria Interna e Externa;
- Relatórios voltados para auxiliar a gestão e os acionistas com informações relevantes e tempestivas suportando o processo de decisão;
- Existência de Normas e Procedimentos nos diversos níveis operacionais e administrativos;
- Gestão das obrigações fiscais com manutenção tempestiva do cumprimento das obrigações acessórias, incluindo tributos administrados pela União Federal, Estados, Municípios e Previdência Social.

3. Receita

Receita Líquida - R\$ MM				
Descritivo	23/24	22/23	Variação R\$	Variação %
Receita Líquida	86,1	90,6	(4,5)	-5,0%
Total	86,1	90,6	(4,5)	-5,0%

A variação negativa na receita da Companhia é decorrente da redução do preço médio da cana. Na safra 23/24 o valor médio da tonelada de cana ficou em R\$ 146,81/t enquanto na safra 22/23 o preço médio praticado foi de R\$ 154,87/t, representando uma redução de 5,0% no preço médio da tonelada de cana.



4. Custo do Produto Vendido (CPV)

Descrição	CPV - R\$ MM			
	23/24	22/23	Varição R\$	Varição %
Terras	0,46	0,41	0,05	12,7%
Total	0,46	0,41	0,05	12,7%

O custo na safra 23/24 ficou em linha, basicamente é composto por depreciação de benfeitoria em áreas agrícolas.

5. Despesas Gerais e Administrativas

Descrição	Despesas gerais e administrativas - R\$ MM			
	23/24	22/23	Varição R\$	Varição %
Despesas administrativas e gerais	(4,2)	(5,7)	1,6	-27,2%
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	(0,5)	(2,2)	1,7	-79,2%
Total	(4,7)	(7,9)	3,3	-40,4%

A variação da linha de despesa administrativas e gerais é oriunda de pagamento de indenizações trabalhistas R\$ 1,8 milhão ocorrida na safra 22/23 e um aumento nas despesas com impostos e contribuições R\$ 0,2 milhão na safra 23/24.

A variação na linha de Outras Receitas (despesas) operacionais de R\$ 1,8 milhões é referente a baixa de adiantamentos por falta de expectativa de recebimento ocorrida na safra 22/23, e pela movimentação de provisões de contingências com um incremento de R\$ 0,1 milhão ocorrida nesta safra.

6. EBITDA/EBIT

O Ebitda ajustado exclui do Ebitda os efeitos apresentados na rubrica de outras despesas e receitas operacionais. Para se calcular o Ebit ajustado adicionamos a depreciação.

Descrição	Ebitda/Ebit (ajustados) - R\$ MM			
	23/24	22/23	Varição R\$	Varição %
Ebitda	81,5	82,7	(1,3)	-1,5%
Ebitda Ajustado	81,9	85,0	(3,0)	-3,6%
Ebit	81,0	82,2	(1,2)	-1,5%
Ebit Ajustado	81,4	84,4	(3,0)	-3,5%

Redução de 3,6 % do EBITDA Ajustado é explicado principalmente pela queda no preço da cana nesta safra.



7. Lucro do Exercício

Descritivo	Lucro Líquido - R\$ MM			
	23/24	22/23	Variação R\$	Variação %
Lucro líquido do exercício	58,3	52,0	6,3	12,1%

Durante a Safra 23/24, a Companhia verificou um aumento no seu lucro líquido em virtude do melhor resultado financeiro, que compensou a redução ocorrida no faturamento da Companhia.

Com o lucro líquido obtido na safra 23/24 a Empresa reverteu totalmente os prejuízos contábeis que possuía abrindo espaço para poder remunerar os seus acionistas.

8. Estrutura de capital e Alongamento da dívida

Descritivo	Dívida Líquida - R\$ MM			
	23/24	22/23	Variação R\$	Variação %
Empréstimos	(50,5)	(81,3)	30,9	-38,0%
Caixa	141,4	104,7	36,7	35,0%
Total	90,9	23,4	67,6	288,7%

Durante a safra 23/24, a Companhia realizou o pagamento de empréstimos no valor de R\$ 30,9 milhões, com objetivo de reduzir a alavancagem financeira da Companhia.

Adicionalmente, é importante destacar que o saldo em caixa da empresa aumentou R\$ 36,7 milhões em relação à safra anterior. Esse aumento é fruto das receitas auferidas pela Companhia durante a safra.

9. Considerações finais

Finalizo agradecendo a todos e todas que foram protagonistas em suas caminhadas e trabalharam com muita energia para entregarmos resultados consistentes e cada vez melhor na Safra 77.

Permanecemos à disposição dos Senhores Acionistas para as informações que se fizerem necessárias relativamente às contas apresentadas.

Lençóis Paulista - SP, 28 de junho de 2024

A Diretoria



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos administradores e acionistas da
Companhia Agrícola Quatá
Lençóis Paulista - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia Agrícola Quatá (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de março de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de março de 2024, elaboradas sob responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentada como informação suplementar, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração esta conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado.



Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da diretoria.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da diretoria e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da diretoria e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da diretoria, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campinas, 28 de junho de 2024.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S. Ltda.
SP-027623/F



José Antonio de A. Navarrete
Contador CRC-SP198698/O

Balanco patrimonial
Em 31 de março de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	31/03/2024	31/03/2023	Passivo e patrimônio líquido	Nota	31/03/2024	31/03/2023
Circulante							
Caixa e equivalentes de caixa	9	141.364	104.711	Circulante		26	45
Adiantamentos a fornecedores		-	3	Fornecedores	15	26.160	31.731
Impostos a recuperar	11	990	1.716	Empréstimos e financiamentos		59	76
Despesas antecipadas		3	-	Impostos e contribuições a recolher	16	514	575
Ativo fiscal corrente	12	5.912	803	Tributos parcelados	13	135	118
				Salários e contribuições sociais	17	22.907	-
				Dividendos e Juros sobre o capital próprio		22.651	23.579
				Outras contas a pagar			
Total do ativo circulante		148.269	107.233	Total do passivo circulante		72.452	56.124
Não circulante							
Realizável a longo prazo				Não circulante			
Clientes e outras contas a receber		2.990	2.798	Empréstimos e financiamentos	15	24.300	49.595
Depósitos judiciais	10	666	221	Tributos parcelados	16	1.354	1.789
				Provisão para processos judiciais	18	7.528	7.953
				Passivo fiscal diferido líquido	12	260.751	242.921
Total do realizável a longo prazo		3.656	3.019	Total do passivo não circulante		293.933	302.258
Outros investimentos							
Propriedades de investimentos	14	793.309	793.684	Total do passivo		366.385	358.382
Imobilizado		2.280	2.404	Patrimônio líquido			
Total do ativo não circulante		799.297	799.160	Capital social	19	77.932	77.932
				Ajustes de avaliação patrimonial		498.982	498.982
				Reserva de lucros		4.267	-
				Lucros (prejuízos) acumulados		-	(28.903)
				Total do patrimônio líquido		581.181	548.011
Total do ativo		947.566	906.393	Total do passivo e do patrimônio líquido		947.566	906.393

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Companhia Agrícola Quatá

Demonstração do resultado do exercício
Exercícios findos em 31 de março de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)



	Nota	31/03/2024	31/03/2023
Receita operacional líquida	21	86.072	90.557
Custos das vendas	22	(465)	(412)
Lucro bruto		85.607	90.145
Despesas administrativas e gerais	22	(4.172)	(5.728)
Outras (despesas) receitas operacionais líquidas	23	(458)	(2.206)
Resultado antes das receitas financeiras líquidas e impostos		80.977	82.211
Receitas financeiras	24	15.618	12.082
Despesas financeiras	25	(10.425)	(15.980)
Financeiras líquidas		5.193	(3.898)
Lucro antes dos impostos		86.170	78.313
Imposto de renda e contribuição corrente	12	(10.013)	(3)
Imposto de renda e contribuição diferido	12	(17.830)	(26.293)
Lucro líquido do exercício		58.327	52.017

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Companhia Agrícola Quatá

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de março de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)



	<u>31/03/2024</u>	<u>31/03/2023</u>
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	58.327	52.017
Resultado abrangente total do exercício	58.327	52.017

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de março de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)



	Capital social	Ajustes de avaliação patrimonial	Reserva Legal	Reserva de Investimentos	Prejuízos acumulados	Total
Em 1º de abril de 2022	77.932	498.982	-	-	(80.920)	495.994
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	52.017	52.017
Em 31 de março de 2023	77.932	498.982	-	-	(28.903)	548.011
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	58.327	58.327
Destinação do lucro	-	-	-	-	(2.250)	(2.250)
Juros sobre capital próprio proposto	-	-	-	-	(22.907)	(22.907)
Dividendos a pagar	-	-	-	-	(1.471)	-
Constituição de reserva legal	-	-	1.471	-	(1.471)	-
Reserva de investimento	-	-	-	2.796	(2.796)	-
Em 31 de março de 2024	77.932	498.982	1.471	2.796	-	581.181

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Companhia Agrícola Quatá

Demonstração do fluxo de caixa – método indireto
Exercícios findos em 31 de março de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)



	Nota	31/03/2024	31/03/2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Resultado antes dos impostos		86.170	78.313
Ajustes de:			
Depreciação e amortização		499	536
Provisão (reversão) para processos judiciais		(885)	382
Apropriação de encargos financeiros		9.551	15.303
Juros de contingências		460	193
Outros ajustes de resultado		1	-
		95.796	94.727
Variações no capital circulante:			
Clientes e outras contas a receber		(192)	1.401
Adiantamentos a fornecedores		3	-
Impostos a recuperar		(17.321)	(27.417)
Despesas antecipadas		(3)	2
Depósitos judiciais		(445)	286
Fornecedores		(19)	33
Impostos e contribuições a recolher		17.813	26.359
Tributos parcelados		(416)	(303)
Salários e contribuições sociais		17	(230)
Outras contas a pagar		(928)	1.216
Caixa gerado pelas atividades operacionais		94.305	96.074
Juros pagos		(80)	(113)
Juros pagos em empréstimos e financiamentos	15	(10.987)	(14.771)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(14.905)	(47)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais		68.333	81.143
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Aquisição de ativo imobilizado		-	(514)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades de investimentos		-	(514)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Dividendos pagos		-	(12.391)
Empréstimos e financiamentos bancários pagos	15	(29.430)	(25.967)
Juros sobre capital próprio	13	(2.250)	-
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamentos		(31.680)	(38.358)
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		36.653	42.271
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	9	104.711	62.440
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	9	141.364	104.711

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Companhia Agrícola Quatá

Demonstração do valor adicionado
Exercícios findos em 31 de março de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)



	31/03/2024	31/03/2023
Receitas	86.310	90.799
Vendas brutas de mercadorias, produtos e serviços prestados	86.310	90.799
Insumos adquiridos de terceiros	(808)	(2.872)
Custos dos produtos e das mercadorias vendidas	(465)	(412)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros operacionais	(343)	(2.460)
Valor adicionado bruto	85.502	87.927
Depreciação e amortização	(499)	(536)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	85.003	87.391
Valor adicionado recebido em transferência	15.822	12.485
Receitas financeiras	15.618	12.082
Outras	204	403
Valor adicionado total a distribuir	100.825	99.876
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal	666	661
Remuneração direta	239	520
Benefícios	409	109
FGTS	18	32
Impostos, taxas e contribuições	30.746	28.609
Federais	28.132	26.632
Estaduais	2.614	1.977
Remuneração de capitais de terceiros	11.087	18.589
Juros	10.425	15.980
Outros	662	2.609
Remuneração de capitais próprios	58.326	52.017
Dividendos	22.907	-
Juros sobre o capital próprio	2.250	-
Lucros retidos do exercício	33.169	52.017
Valor adicionado distribuído e retido	100.825	99.876

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



1. Contexto operacional

A Companhia Agrícola Quatá (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado localizada em Lençóis Paulista – SP, que explora as próprias terras de maneira passiva, mediante a cessão do uso para serem exploradas por parceiro produtor através do contrato de parceria agrícola, o que torna sua operação mais simples e menos onerosa.

As demonstrações financeiras da Companhia devem ser analisadas em conjunto com as demonstrações financeiras apresentadas pela Açucareira Quatá S.A. (AQ) levando em consideração as particularidades de cada companhia, especialmente os saldos em contas de ativo e passivos com partes relacionadas.



2. Apresentação das demonstrações financeiras e políticas contábeis materiais

2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB (IFRS).

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir o custo atribuído do imobilizado na data de transição para os Pronunciamentos Técnicos do CPC e os ativos e passivos financeiros que são designados à valor justo por meio do resultado, mensurados a valor justo.

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras.

Detalhes sobre as políticas contábeis materiais da Companhia, estão apresentados na nota explicativa 6.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 28 de junho de 2024.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração em sua gestão.

3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.



4. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

4.1. Incertezas sobre premissas e estimativas

Com base em premissas, a Companhia faz estimativa com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir:

- Nota explicativa 18: Provisão para processos judiciais

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das Leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico e a avaliação dos advogados externos e internos.

4.2. Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de Nível 3 com reporte diretamente ao Diretor Financeiro.

A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos dos CPCs, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Questões significativas de avaliação são reportadas para o Conselho de Administração da Companhia.



4. Uso de estimativas e julgamentos--Continuação

4.2. Mensuração do valor justo--Continuação

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na seguinte nota explicativa:

- Nota explicativa 20: Instrumentos financeiros.

5. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Os instrumentos financeiros derivativos são mensurados pelo valor justo; e
- Os instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo.



6. Políticas contábeis materiais

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

Abaixo apresentamos as principais políticas contábeis adotadas pela Companhia:

a) Receita de contrato com cliente

A Companhia reconhece a receita quando seu valor da receita possa ser mensurado com segurança, sendo provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades operacionais. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda:

A Companhia adotou inicialmente o CPC 47 a partir de 1º de abril de 2018. As informações sobre as políticas contábeis relacionadas a contratos com clientes são fornecidas na nota explicativa acima. Não foram identificados impactos relevantes quando da aplicação inicial do CPC 47.

b) Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem:

- Receita de juros;
- Despesa de juros;
- Receita de dividendos;
- Ganhos/perdas líquidos de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado; e
- Ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos. A receita de dividendos é reconhecida no resultado na data em que o direito da Companhia de receber o pagamento é estabelecido. A Companhia classifica juros recebidos e dividendos e juros sobre capital próprio recebidos como fluxos de caixa das atividades de investimento.



6. Políticas contábeis materiais--Continuação

b) Receitas financeiras e despesas financeiras--Continuação

A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao:

- Valor contábil bruto do ativo financeiro; ou
- Ao custo amortizado do passivo financeiro.

No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo. No entanto, a receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial. Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto.

c) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 25%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240, para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, em 100% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

A Companhia determinou que os juros e multas relacionados ao imposto de renda e à contribuição social, incluindo tratamentos fiscais incertos, não atendem a definição de imposto de renda e, portanto, foram contabilizados de acordo com o CPC 25 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

i) *Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente*

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.



6. Políticas contábeis materiais --Continuação

c) Imposto de renda e contribuição social—Continuação

ii) *Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido*

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para:

- Diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil;
- Diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas, coligadas e empreendimento sob controle conjunto, na extensão que a Companhia seja capaz de controlar o momento da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não será revertida em futuro previsível;
- Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da controladora e de suas subsidiárias individualmente;
- Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável;
- Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço;
- A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos; e
- Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.



6. Políticas contábeis materiais --Continuação

d) Propriedades para investimento

A Companhia optou por demonstrar a propriedades para investimento ao custo, líquido de depreciação acumulada e perdas acumuladas por perda por redução ao valor recuperável, se houver. O valor contábil inclui custos de transação, custo de reposição de parte de uma propriedade para investimento existente à época em que o custo for incorrido se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos, excluindo os custos do serviço diário da propriedade para investimento.

As propriedades para investimento são representadas por áreas arrendadas para o cultivo de cana de açúcar de propriedade da Companhia, as quais não são ocupadas pela mesma e são mantidas para obtenção de rendimentos provenientes de arrendamento, além de valorização.

Caso seja aplicado aos ativos destinados a investimentos a depreciação é calculada com base no método linear ao longo das vidas úteis estimadas dos ativos.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

A Companhia realiza a análise dos indicativos de *impairment* conforme estabelecidos pelo CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, e reconhece, se necessário, provisão para perdas nos montantes que estavam acima do valor recuperável.

e) Instrumentos financeiros

i) *Reconhecimento e mensuração inicial*

Atualmente, o único cliente da Companhia corresponde à Açucareira Quatá S.A., com quem a Companhia possui parceria agrícola. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.



6. Políticas contábeis materiais --Continuação

e) Instrumentos financeiros—Continuação

ii) *Classificação e mensuração subsequente*

Instrumentos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA -instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais;
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto;
- Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA (Valor Justo reconhecido em Outros Resultados Abrangentes) se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR (Valor Justo reconhecido no Resultado);
- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA (Outros Resultados Abrangentes). Essa escolha é feita investimento por investimento.



6. Políticas contábeis materiais --Continuação

e) Instrumentos financeiros—Continuação

ii) *Classificação e mensuração subsequente*—Continuação

Instrumentos financeiros—Continuação

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos (veja a nota explicativa 20). No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.



6. Políticas contábeis materiais --Continuação

e) Instrumentos financeiros—Continuação

ii) *Classificação e mensuração subsequente*—Continuação

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio—Continuação

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Administração considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.



6. Políticas contábeis materiais --Continuação

e) Instrumentos financeiros—Continuação

ii) *Classificação e mensuração subsequente*—Continuação

Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros—Continuação

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Ativos financeiros

A Companhia classificou os ativos financeiros nas seguintes categorias:

- Empréstimos e recebíveis; e
- Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, e dentro dessa categoria como ativos financeiros designados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR	Mensurados ao valor justo e as variações no valor justo, incluindo juros ou receita de dividendos, foram reconhecidas no resultado.
Empréstimos e recebíveis	Mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.



6. Políticas contábeis materiais --Continuação

e) Instrumentos financeiros—Continuação

ii) *Classificação e mensuração subsequente*—Continuação

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo. Subsequentemente ao reconhecimento inicial, os instrumentos derivativos são remensurados pelo valor justo na data das demonstrações financeiras individuais e as alterações são contabilizadas no resultado em "Receitas financeiras" e/ou "Despesas financeiras".

iii) *Desreconhecimento*

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.



6. Políticas contábeis materiais --Continuação

e) Instrumentos financeiros—Continuação

iii) *Desreconhecimento*—Continuação

Passivos financeiros—Continuação

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

iv) *Compensação*

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

v) *Instrumentos financeiros derivativos*

A Companhia mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira e taxa de juros. Derivativos embutidos são separados de seus contratos principais e registrados separadamente caso o contrato principal não seja um ativo financeiro e certos critérios sejam atingidos.

Os derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são normalmente registradas no resultado.

f) Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

i) *Ativos financeiros não-derivativos*

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado;
- Investimentos de dívida mensurados ao VJORA; e
- Ativos de contrato.

A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

- Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e



6. Políticas contábeis materiais --Continuação

f) Redução ao valor recuperável (*Impairment*)--Continuação

i) *Ativos financeiros não-derivativos*--Continuação

Instrumentos financeiros e ativos contratuais--Continuação

- Outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 30 dias de atraso.

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito à Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- O ativo financeiro estiver vencido há mais de 30 dias.

O direcionamento dos negócios é tratado em reuniões para tomadas de decisão, acompanhamento dos resultados e adequações das estratégias estabelecidas, visando manter os resultados esperados.

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperada

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que é esperado receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.



6. Políticas contábeis materiais —Continuação

f) Redução ao valor recuperável (*Impairment*)—Continuação

i) *Ativos financeiros não-derivativos*—Continuação

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias;
- Reestruturação de um valor devido à Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Para títulos de dívida mensurados ao VJORA, a provisão para perdas é debitada no resultado e reconhecida em ORA.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, a Companhia adota a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido há 180 dias com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. Com relação a clientes corporativos, a Companhia faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. A companhia não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.



6. Políticas contábeis materiais —Continuação

f) Redução ao valor recuperável (*Impairment*)—Continuação

i) *Ativos financeiros não-derivativos*—Continuação

Ativos financeiros não derivativos

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado eram avaliados em cada data de balanço para determinar se havia evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor incluía:

- Inadimplência ou atrasos do devedor;
- Reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência/recuperação judicial;
- Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras; ou
- Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

Ativo financeiro mensurado a custo amortizado

A Companhia considerava evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos eram avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tinham sofrido perda de valor individualmente eram então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que pudesse ter ocorrido, mas não tinha ainda sido identificada. Ativos que não eram individualmente significativos eram avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utilizava tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração se as condições econômicas e de crédito atuais eram tais que as perdas reais provavelmente seriam maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.



6. Políticas contábeis materiais --Continuação

f) Redução ao valor recuperável (Impairment)--Continuação

i) *Ativos financeiros não-derivativos*--Continuação

Ativo financeiro mensurado a custo amortizado--Continuação

Uma perda por redução ao valor recuperável foi calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas foram reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considerou que não havia expectativas razoáveis de recuperação, os valores foram baixados. Caso a perda por redução ao valor recuperável tenha posteriormente diminuído e a diminuição fosse relacionada objetivamente a um evento subsequente ao reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável, a provisão era revertida através do resultado.

ii) *Ativos não financeiros*

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os ativos biológicos, estoques e ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio, o valor recuperável é testado anualmente.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.



6. Políticas contábeis materiais --Continuação

f) Redução ao valor recuperável (*Impairment*)--Continuação

ii) *Ativos não financeiros*--Continuação

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

g) Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são reconhecidas, normalmente, ao valor da fatura correspondente, ajustadas a valor presente quando aplicável.

h) Provisões

As provisões são reconhecidas ao valor presente quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

i) Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (*non-performance*). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Companhia.

Uma série de políticas contábeis e divulgações da Companhia requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros (veja nota explicativa 6(b)).

Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como "ativo" se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.



6. Políticas contábeis materiais —Continuação

i) Mensuração do valor justo—Continuação

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Companhia mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Companhia mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Companhia determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

j) Benefícios a empregados

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

k) Demonstração do valor adicionado (“DVA”)

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias de capital aberto, as IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos pelo Pronunciamento Técnico CPC 09 – “Demonstração do Valor Adicionado”. Essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.



7. Impactos das novas CPC/IFRS e ICPC/IFRIC nas demonstrações financeiras que ainda não está em vigor

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

Alterações ao IFRS 16: Passivo de Locação em um Sale and Leaseback (Transação de venda e retroarrendamento)

Em setembro de 2022, o IASB emitiu alterações ao IFRS 16 (equivalente ao CPC 06 – Arrendamentos) para especificar os requisitos que um vendedor-arrendatário utiliza na mensuração da responsabilidade de locação decorrente de uma transação de venda e arrendamento de volta, a fim de garantir que o vendedor-arrendatário não reconheça qualquer quantia do ganho ou perda que se relaciona com o direito de uso que ele mantém.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024 (no caso da Companhia 1º de abril de 2024) e devem ser aplicadas retrospectivamente a transações *sale and leaseback* celebradas após a data de aplicação inicial do IFRS 16 (CPC 06). A aplicação antecipada é permitida e esse fato deve ser divulgado.

Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia.

Alterações ao IAS 1: Classificação de Passivos como Circulante ou Não-Circulante

Em janeiro de 2020 e outubro de 2022, o IASB emitiu alterações aos parágrafos 69 a 76 do IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis) para especificar os requisitos de classificação de passivos como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:

- O que se entende por direito de adiar a liquidação.
- Que o direito de adiar deve existir no final do período das informações financeiras.
- Que a classificação não é afetada pela probabilidade de a entidade exercer seu direito de adiar.
- Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for ele próprio um instrumento de patrimônio, os termos de um passivo não afetarão sua classificação.

Além disso, foi introduzida uma exigência de divulgação quando um passivo decorrente de um contrato de empréstimo é classificado como não circulante e o direito da entidade de adiar a liquidação depende do cumprimento de *covenants* futuros dentro de doze meses.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024 (no caso da Companhia 1º de abril de 2024) e devem ser aplicadas retrospectivamente.

A Companhia está atualmente avaliando o impacto que as alterações terão na prática atual e se acordos de empréstimo existentes podem exigir renegociação.



7. Impactos das novas CPC/IFRS e ICPC/IFRIC nas demonstrações financeiras que ainda não está em vigor--Continuação

Acordos de financiamento de fornecedores - Alterações ao IAS 7 e IFRS 7

Em maio de 2023, o IASB emitiu alterações ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) – Demonstrações do fluxo de caixa) e ao IFRS 7 (equivalente ao CPC 40 (R1) - Instrumentos financeiros: evidênciação) para esclarecer as características de acordos de financiamento de fornecedores e exigir divulgações adicionais desses acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações têm como objetivo auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreender os efeitos dos acordos de financiamento com fornecedores nas obrigações, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024 (no caso da Companhia 1º de abril de 2024). A adoção antecipada é permitida, mas deve ser divulgada.

Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia.

8. Novas CPC/IFRS e Interpretações do ICPC/IFRIC (Comitê de interpretações de informação financeira do IASB) aplicáveis às demonstrações financeiras

A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 (no caso da Companhia 1º de abril de 2023). A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

IFRS 17 - Contratos de Seguro

O IFRS 17 (equivalente ao CPC 50 Contratos de Seguro) é uma nova norma de contabilidade com alcance para contratos de seguro, abrangendo o reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. O IFRS 17 (CPC 50) substitui o IFRS 4 - Contratos de Seguro (equivalente ao CPC 11). O IFRS 17 (CPC 50) se aplica a todos os tipos de contratos de seguro (como de vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidades que os emitem, bem como a certas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária; algumas exceções de escopo se aplicarão. O objetivo geral do IFRS 17 (CPC 50) é fornecer um modelo de contabilidade abrangente para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para seguradoras, cobrindo todos os aspectos contábeis relevantes. O IFRS 17 (CPC 50) é baseado em um modelo geral, complementado por:

- Uma adaptação específica para contratos com características de participação direta (a abordagem de taxa variável);
- Uma abordagem simplificada (a abordagem de alocação de prêmios) principalmente para contratos de curta duração.

A nova norma não teve impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.



8. Novas CPC/IFRS e Interpretações do ICPC/IFRIC (Comitê de interpretações de informação financeira do IASB) aplicáveis às demonstrações financeiras-- Continuação

Definição de Estimativas Contábeis - Alterações ao IAS 8

As alterações ao IAS 8 (equivalente ao CPC 23 - políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro) esclarecem a distinção entre mudanças em estimativas contábeis, mudanças em políticas contábeis e correção de erros. Elas também esclarecem como as entidades utilizam técnicas de mensuração e inputs para desenvolver estimativas contábeis.

As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

Divulgação de Políticas Contábeis - Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2

As alterações ao IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis) e o *IFRS Practice Statement 2* fornecem orientação e exemplos para ajudar as entidades a aplicar julgamentos de materialidade às divulgações de políticas contábeis. As alterações visam ajudar as entidades a fornecer divulgações de políticas contábeis mais úteis, substituindo o requisito para as entidades divulgarem suas políticas contábeis “significativas” por um requisito para divulgar suas políticas contábeis “materiais” e adicionando orientação sobre como as entidades aplicam o conceito de materialidade ao tomar decisões sobre divulgações de políticas contábeis.

As alterações tiveram impacto nas divulgações de políticas contábeis da Companhia, mas não na mensuração, reconhecimento ou apresentação de itens nas demonstrações financeiras da Companhia.

Imposto Diferido relacionado a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação - Alterações ao IAS 12

As alterações ao IAS 12 *Income Tax* (equivalente ao CPC 32 – Tributos sobre o lucro) estreitam o escopo da exceção de reconhecimento inicial, de modo que ela não se aplique mais a transações que gerem diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais, como arrendamentos e passivos de desativação.

As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

Reforma Tributária Internacional - Regras do Modelo do Pilar Dois - Alterações ao IAS 12

As alterações ao IAS 12 (equivalente ao CPC 32 – Tributos sobre o lucro) foram introduzidas em resposta às regras do Pilar Dois da OCDE sobre BEPS e incluem:

- Uma exceção temporária obrigatória ao reconhecimento e divulgação de impostos diferidos decorrentes da implementação jurisdicional das regras do modelo do Pilar Dois; e
- Requisitos de divulgação para entidades afetadas, a fim de ajudar os usuários das demonstrações financeiras a compreender melhor a exposição de uma entidade aos impostos sobre a renda do Pilar Dois decorrentes dessa legislação, especialmente antes da data efetiva.



8. Novas CPC/IFRS e Interpretações do ICPC/IFRIC (Comitê de interpretações de informação financeira do IASB) aplicáveis às demonstrações financeiras— Continuação

Reforma Tributária Internacional - Regras do Modelo do Pilar Dois - Alterações ao IAS 12-- Continuação

A exceção temporária obrigatória - cujo uso deve ser divulgado - entra em vigor imediatamente. Os demais requisitos de divulgação se aplicam aos períodos de relatório anuais que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2023 (no caso da Companhia 1º de abril de 2023), mas não para nenhum período intermediário que termine em ou antes de 31 de dezembro de 2023 (no caso da Companhia 31 de março de 2024).

A nova norma não teve impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

9. Caixa e equivalentes de caixa

<u>Itens de caixa e equivalentes de caixa</u>	<u>31/03/2024</u>	<u>31/03/2023</u>
Caixa e bancos	33	51
Aplicações financeiras	141.331	104.660
Total	141.364	104.711

As aplicações financeiras referem-se, substancialmente, a operações compromissadas, com garantia de recompra pelos bancos e certificados de depósitos bancários, ambos remunerados pelo Certificado de Depósito Interbancário - CDI, numa média ponderada de 102,61% (104,13% em março de 2023), que podem ser resgatadas a qualquer momento sem perdas significativas.



10. Depósitos judiciais

	1º de abril de 2023	Adições	Baixas	Atualização monetária	31 de março de 2024
Tributárias	-	89	-	(16)	73
Cíveis e ambientais	-	292	-	-	292
Trabalhistas	221	72	(62)	70	301
Total de depósitos judiciais	221	453	(62)	54	666

	1º de abril de 2022	Adições	Baixas	Atualização monetária	31 de março de 2023
Trabalhistas	507	324	(639)	29	221
Total de depósitos judiciais	507	324	(639)	29	221

11. Impostos a recuperar

Itens de impostos a recuperar	31/03/2024	31/03/2023
IRRF - Imposto de Renda Retido na Fonte	990	1.716
Circulante	990	1.716

12. Imposto de renda e contribuição social

a) Composição, natureza e realização dos impostos

	Saldo em 1º de Abril de 2023	Reconhecidos no resultado (12 meses)	Saldo em 31 de Março de 2024
Ativo não circulante			
Prejuízos fiscais do imposto de renda	13.905	(13.892)	13
Base negativa da contribuição social	3.780	(3.775)	5
Outros	2.723	(163)	2.560
Total	20.408	(17.830)	2.578
Passivo não circulante			
Propriedades para investimentos – custo atribuído	(256.919)	-	(256.919)
Outros	(6.410)	-	(6.410)
Total	(263.329)	-	(263.329)
Efeito líquido no resultado e passivo fiscal diferido líquido	(242.921)	(17.830)	(260.751)

A Companhia estima recuperar a totalidade dos créditos tributários nos períodos a serem encerrados em:

	31/03/2024	31/03/2023
Ativo de imposto diferido		
Ativo de imposto diferido a ser recuperado em até 12 meses	46	17.713
Ativo de imposto diferido a ser recuperado depois de 12 meses	2.532	2.695
Total	2.578	20.408



12. Imposto de renda e contribuição social—Continuação

Administração preve a recuperabilidade dos ativos, conforme demonstrado abaixo:

Exercícios	Valor
2023/2024	18
Total	18

Diferenças Temporárias	Valor
Contingências	2.531
Outras	29
	2.560
Total	2.578

As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram fundamentadas nas projeções dos lucros tributáveis levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios consideradas quando de sua elaboração e do direito legal de compensar no futuro o imposto de renda devido oriundo de passivos fiscais diferidos.

b) Conciliação da despesa efetiva de imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

	31/03/2024			31/03/2023		
	Imposto de renda	Contribuição social	Total	Imposto de renda	Contribuição social	Total
Resultado antes dos impostos	86.170	86.170	86.170	78.313	78.313	78.313
Alíquota máxima	25%	9%	34%	25%	9%	34%
	(21.543)	(7.755)	(29.298)	(19.578)	(7.048)	(26.626)
Tributos sobre adições e exclusões permanentes:						
Outras adições e exclusões permanentes	730	(41)	689	242	88	330
Juros sobre capital próprio	563	203	766	-	-	-
Tributos no resultado	(20.250)	(7.593)	(27.843)	(19.336)	(6.960)	(26.296)
Corrente	(6.238)	(3.775)	(10.013)	(2)	(1)	(3)
Diferido	(14.012)	(3.818)	(17.830)	(19.334)	(6.959)	(26.293)
Tributos no resultado	(20.250)	(7.593)	(27.843)	(19.336)	(6.960)	(26.296)
Alíquota efetiva	23,5%	8,8%	32,3%	24,7%	8,9%	33,6%

c) Ativo fiscal corrente

	31/03/2024	31/03/2023
IRPJ - Imposto de Renda da Pessoa Jurídica e		
CSLL - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	5.912	803
Total	5.912	803

(i) IRPJ e CSLL

Correspondem às antecipações de imposto de renda e contribuição social pagas durante o exercício e exercícios anteriores que superaram o valor efetivamente devido no encerramento do ano fiscal, que serão realizados mediante a compensação com impostos e contribuições federais sem ocorrência de perdas. A Administração da Companhia estima que o saldo existente será realizado no curso normal de suas operações sem a ocorrência de perdas.



13. Partes relacionadas

a) Operações com pessoal-chave

O pessoal-chave da Administração é composto pela Diretoria eleita bienalmente por ocasião da Assembleia Geral Ordinária. O montante pago referente à remuneração do pessoal-chave da Administração durante o período findo em 31 de março de 2024 foi no valor de R\$ 103 e R\$ 139 em 31 de março de 2023.

	31/03/2024		
	Nota	AQ	Total
Operações			
Despesa financeira - FINEP (i)		(39)	(39)

	31/03/2023			
	Nota	AQ	Acionistas	Total
Saldos				
Passivo circulante				
Empréstimos e financiamentos - Repasse de recursos FINEP (i)	15	1.612	-	1.612

	31/03/2023		
	Nota	AQ	Total
Operações			
Receitas operacionais		90.799	90.799
Despesa financeira - FINEP (i)		(170)	(170)

13. Partes relacionadas--Continuação

b) Juros sobre o Capital Próprio propostos e a pagar

	Saldo em 1º de abril de 2023	Deliberado	Retenção IRRF	Pagamento	Saldo em 31 de março de 2024
Juros sobre o capital próprio da safra 23/24 (a) Companhia Agrícola Quatá	-	2.250	(338)	(1.912)	-
Dividendos da safra 23/24 (b) Companhia Agrícola Quatá	-	22.907	-	-	22.907
	-	25.157	(338)	(1.912)	22.907
Total circulante	-				22.907

- (a) Valor referente deliberação de pagamento de juros sobre capital próprio no valor de R\$ 2.250 que foi aprovado em Conselho de Administração em dezembro de 2023. Nos termos art. 9º, § 2º, Lei 9.249/95 os juros ficarão sujeitos à incidência do imposto de renda na fonte à alíquota de quinze por cento, na data do pagamento ou crédito ao beneficiário. Durante a safra 23/24 foram pagos integralmente os valores a título de juros sobre capital próprio.
- (b) Valor referente deliberação de pagamento de dividendos aos acionistas no valor de R\$ 22.907 que será aprovado em Assembleia Geral.



14. Propriedade para investimento

a) Movimentação das propriedades para investimento

	Terras	Benfeitorias de terras	Total
Em 1º de abril de 2022	786.671	6.996	793.667
Aquisição	390	-	390
Depreciação	-	(373)	(373)
Em 31 de março de 2023	787.061	6.623	793.684
Custo total	787.061	13.011	800.072
Depreciação acumulada	-	(6.388)	(6.388)
Valor líquido	787.061	6.623	793.684
Em 1º de abril de 2023	787.061	6.621	793.682
Depreciação	-	(373)	(373)
Em 31 de março de 2024	787.061	6.248	793.309
Custo total	787.061	13.010	800.071
Depreciação acumulada	-	(6.762)	(6.762)
Valor líquido	787.061	6.248	793.309
Valor líquido de:			
Custo histórico	31.243	6.248	37.491
Mais-valia	755.818	-	755.818
Total	787.061	6.248	793.309

Vida útil

de 25 a 50
anos

O valor justo das propriedades em 31 de março de 2024 totalizava R\$ 4.078.380.

15. Empréstimos e financiamentos

	Taxa média ponderada (% ao ano)	Indexador	31/03/2024	31/03/2023
Moeda nacional:				
Linhas do BNDES	7,77	PRÉ	4.922	9.709
Linhas do BNDES / FINEP	10,87	TJLP	1.047	1.559
FINEP	11,24	IPCA+ (TLP)	72	274
FINEP - Repasse de recursos - Mútuo financeiro		PRÉ	-	1.612
Crédito rural	5,00	CDI+	201	1.030
Capital de giro	15,08	CDI+	44.218	67.142
			50.460	81.326
Circulante			(26.160)	(31.731)
Não circulante			24.300	49.595



15. Empréstimos e financiamentos--Continuação

As parcelas classificadas no passivo não circulante têm o seguinte cronograma de pagamento:

	<u>31/03/2024</u>	<u>31/03/2023</u>
De 13 a 24 meses	24.280	18.350
De 25 a 36 meses	20	15.870
De 37 a 48 meses	-	15.375
Total	24.300	49.595

As linhas de empréstimos e financiamentos possuem, ainda, avais de empresas ligadas, fiança bancária para operações BNDES, FINEP e COPERSUCAR, e alienação fiduciária de bens.

Os empréstimos e financiamentos possuem as seguintes movimentações durante o período encerrado em março de 2024:

<i>Empréstimos e financiamentos</i>	<u>Saldo inicial em 1º de abril de 2023</u>	<u>Pagamentos Principal</u>	<u>Pagamento de Juros</u>	<u>Apropriação de encargos financeiros</u>	<u>Saldo final em 31 de março de 2024</u>
Moeda Nacional	81.326	(29.430)	(10.987)	9.551	50.460
Total	81.326	(29.430)	(10.987)	9.551	50.460

a) Juros provisionados, juros pagos e taxa média ponderada

A taxa média ponderada sobre a totalidade dos empréstimos e financiamentos na data de 31 de março de 2024 foi de 14,23% a.a. equivalente à CDI + 3,24% (16,4% a.a. em março de 2023). Os juros totais provisionados sobre os empréstimos e financiamentos foram de R\$ 9.551 (R\$ 15.303 em março de 2023) (nota explicativa 25).

Os juros efetivamente pagos sobre empréstimos foram de R\$ 10.987 (R\$ 14.771 em março de 2023), sem considerar os juros financeiros ativos sobre as aplicações financeiras no valor de R\$ 14.875 (R\$ 11.800 em março de 2023) (nota explicativa 24). Considerando R\$ 3.888 (R\$ 2.971 em março de 2023).



16. Tributos parcelados

	<u>31/03/2024</u>	<u>31/03/2023</u>
INSS - verbas sobre a folha de salários	1.724	1.991
INSS - salário educação	96	249
PIS - sobre faturamento - Lei 10.637/2002	48	124
	<u>1.868</u>	<u>2.364</u>
Circulante	(514)	(575)
Não circulante	<u>1.354</u>	<u>1.789</u>

Os tributos parcelados referem-se a fatos anteriores a reorganização patrimonial, sendo assim, permaneçam sob responsabilidade da Companhia.

17. Outras contas a pagar

	<u>31/03/2024</u>	<u>31/03/2023</u>
Adiantamento de clientes - venda de cana	22.107	23.356
Outras	544	223
Total	<u>22.651</u>	<u>23.579</u>



18. Provisão para processos judiciais

	1º de abril de 2023	Adições	Reversões	Atualização monetária	31 de março de 2024
Tributárias	643	-	(15)	90	718
Cíveis e ambientais	234	-	(38)	43	239
Trabalhistas	7.076	612	(1.444)	327	6.571
Total de passivos contingentes	7.953	612	(1.497)	460	7.528

	1º de abril de 2022	Adições	Reversões	Atualização monetária	31 de março de 2023
Tributárias	586	265	(223)	15	643
Cíveis e ambientais	210	235	(226)	15	234
Trabalhistas	6.582	3.017	(2.686)	163	7.076
Total de passivos contingentes	7.378	3.517	(3.135)	193	7.953

A Companhia possui outras contingências passivas envolvendo questões tributárias, cíveis e trabalhistas em andamento, cujas avaliações, efetuadas pela Companhia e com o auxílio dos seus assessores jurídicos, são consideradas de risco possível e cujas eventuais perdas financeiras foram mensuradas no montante de R\$ 171.732 em março de 2024 (R\$ 143.700 em março de 2023). Além desses, existem outros processos que não puderam ser mensurados com suficiente segurança. Em ambos os casos, nenhuma provisão para perdas foi registrada nas demonstrações financeiras. Adicionalmente, determinados contratos com assessores jurídicos, que defendem a Companhia nesses processos, preveem honorários que somente serão devidos quando do êxito da ação em favor da Companhia, mediante percentuais sobre as causas, conforme previstos em contratos.

Os processos de maior relevância estão apresentados no quadro abaixo:

	31/03/2024	31/03/2023
Tributárias (i)	29.254	27.066
Tributárias (ii)	28.831	26.644
Tributárias (iii)	34.652	32.004
Total	92.737	85.714

- (i) Declaração de compensação de saldo negativo de IRPJ ano-calendário 2011. Intimação/SACAT nº 185/2016 traz o Despacho Decisório SAORT 181/2016 indeferindo pedido de compensação, PER/DCOMP não homologada.
- (ii) Declaração de compensação de saldo negativo de IRPJ ano-calendário 2012. Intimação/SACAT nº 185/2016 traz o Despacho Decisório SAORT 181/2016 indeferindo pedido de compensação, PER/DCOMP não homologada.
- (iii) Auto de infração lavrado em 19/09/2016 cobrando multa isolada de 50% sobre Declarações de Compensação (DCOMP) não homologadas dos anos de 2011 a 2016.



19. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social está representado por 125.071.236.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, totalmente integralizado.

b) Reserva legal

A reserva legal será constituída anualmente com destinação de 5% do lucro líquido do exercício, quando aplicável, e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e/ou aumentar o capital.

c) Ajuste de avaliação patrimonial

É composto dos efeitos da adoção do custo atribuído para propriedade para investimento em decorrência da aplicação do Pronunciamento Técnico - CPC 27 - Ativo Imobilizado e da Interpretação Técnica - ICPC 10 - Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento dos Pronunciamentos Técnicos CPCs 27, 28, 37 e 43 na data de transição (1º de janeiro de 2009), deduzido do respectivo imposto de renda e contribuição social diferidos.

d) Dividendos propostos

Os dividendos serão destinados de acordo com o artigo 33 do Estatuto Social da Companhia, que estabelece uma série de regras e limites para pagamento dos dividendos mínimos obrigatórios e dividendos adicionais, cuja liberação varia de acordo com o indicador de dívida líquida Ebitda. Nesse exercício, considerando o cenário de lucro acumulado, nenhum dividendo mínimo obrigatório foi constituído.

e) Juros sobre o capital próprio propostos

O Conselho de Administração deliberou o crédito de juros sobre o capital próprio em dezembro de 2023, sendo que os valores correspondentes aos juros sobre capital próprio ("JCP") foram imputados ao dividendo obrigatório de acordo com o artigo 34 do Estatuto Social da AQ. Nos termos art. 9º, § 2º, Lei 9.249/95 os juros ficarão sujeitos à incidência do imposto de renda na fonte à alíquota de quinze por cento, na data do crédito ao beneficiário conforme mencionado na nota explicativa 13. O crédito correspondente aos JCP foi efetuado nos registros contábeis da Companhia em 21 de dezembro de 2023, de forma individualizada a cada acionista. O montante pago foi deduzido do IR, no valor de R\$ 338. Os juros foram pagos integralmente durante a safra 23/24.



20. Instrumentos financeiros

a) Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

	31/03/2024			Hierarquia do valor justo
	Valor contábil			
	Valor justo por meio de resultado	Custo amortizado	Total	
			Nível 2	
Ativos financeiros mensurados ao valor justo				
Caixa e equivalentes de caixa - Aplicações financeiras	141,331	-	141,331	141,331
Total	141,331	-	141,331	141,331
Ativos financeiros não-mensurados ao valor justo				
Caixa e equivalentes de caixa - Caixa e bancos	-	33	33	33
Clientes e outras contas a receber	-	2,990	2,990	2,990
Total	-	3,023	3,023	3,023
Passivos financeiros não-mensurados ao valor justo				
Fornecedores	-	26	26	26
Empréstimos e financiamentos	-	50,460	50,460	50,460
Outras contas a pagar	-	22,651	22,651	22,651
Dividendos e Juros sobre o capital próprio	-	22,907	22,907	22,907
Total	-	96,044	96,044	96,044

	31/03/2023			Hierarquia do valor justo
	Valor contábil			
	Valor justo por meio de resultado	Custo amortizado	Total	
			Nível 2	
Ativos financeiros mensurados ao valor justo				
Caixa e equivalentes de caixa - Aplicações financeiras	104,660	-	104,660	104,660
Total	104,660	-	104,660	104,660
Ativos financeiros não-mensurados ao valor justo				
Caixa e equivalentes de caixa - Caixa e bancos	-	51	51	51
Clientes e outras contas a receber	-	2,798	2,798	2,798
Total	-	2,849	2,849	2,849
Passivos financeiros não-mensurados ao valor justo				
Fornecedores	-	45	45	45
Adiantamento de clientes	-	0	0	0
Empréstimos e financiamentos	-	81,326	81,326	81,326
Outras contas a pagar	-	23,579	23,579	23,579
Total	-	104,950	104,950	104,950



20. Instrumentos financeiros--Continuação

b) Gerenciamento dos riscos financeiros

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Risco de mercado.

i) *Estrutura de gerenciamento de risco*

O Conselho de Administração da Companhia tem a responsabilidade global sobre o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. O Conselho de Administração estabeleceu o Comitê de Finanças, Auditoria e Risco, que é responsável pelo desenvolvimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia.

O Comitê reporta regularmente ao Conselho de Administração sobre suas atividades.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os empregados tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

O Comitê supervisiona a forma como a Administração monitora a aderência às políticas e procedimentos de gerenciamento de risco da Companhia, e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos aos quais a Companhia está exposta.

ii) *Risco de crédito*

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é minimizado principalmente pelo fato de que a operação é substancialmente realizada com sua parte relacionada AQ em função do contrato de parceria agrícola.

Os valores contábeis dos ativos financeiros e ativos de contrato representam a exposição máxima do crédito.

Não houve mudança relevante na redução ao valor recuperável de contas a receber de clientes decorrente da utilização do método atual.



20. Instrumentos financeiros--Continuação

b) Gerenciamento dos riscos financeiros--Continuação

iii) *Risco de liquidez*

Risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A Companhia busca manter o nível de seu 'Caixa e equivalentes de caixa' e outros investimentos com mercado ativo em um montante superior às saídas de caixa para liquidação de passivos financeiros (exceto 'Fornecedores') para os próximos 60 dias. A Companhia monitora também o nível esperado de entradas de caixa proveniente do 'Contas a receber de clientes e outros recebíveis' em conjunto com as saídas esperadas de caixa relacionadas à 'Fornecedores e outras contas a pagar'.

Atualmente as disponibilidades da Companhia totalizam valores superiores ao valor esperado para fazer frente ao seu endividamento e aos valores a serem pagos aos seus fornecedores.

Exposição ao risco de liquidez

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data da demonstração financeira. Esses valores são brutos e não descontados, e incluem pagamentos de juros contratuais e excluem o impacto dos acordos de compensação.

	31/03/2024					
	Valor contábil	Valor total de fluxos de caixa	6 meses ou menos	6-12 meses	1-2 anos	2-5 anos
Passivos						
Fornecedores	26	26	26	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	50,460	50,457	13,645	12,065	24,727	20
Outras contas a pagar	22,651	22,651	22,651	-	-	-
Total	73,137	73,134	36,322	12,065	24,727	20

	31/03/2023					
	Valor contábil	Valor total de fluxos de caixa	6 meses ou menos	6-12 meses	1-2 anos	2-5 anos
Passivos						
Fornecedores	45	45	45	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	81,326	137,149	13,547	21,912	43,258	58,432
Outras contas a pagar	23,579	23,579	23,579	-	-	-
Total	104,950	160,773	37,171	21,912	43,258	58,432



20. Instrumentos financeiros--Continuação

b) Gerenciamento dos riscos financeiros--Continuação

Os fluxos divulgados na tabela acima, representam os fluxos de caixa contratuais não descontados relacionados aos passivos financeiros mantidos para fins de gerenciamento de risco e que normalmente não são encerrados antes do vencimento contratual. A divulgação apresenta os montantes dos fluxos de caixa líquidos que são liquidados em caixa com base em sua exposição líquida e fluxos de caixa bruto de entradas e saídas para os que têm liquidação simultânea bruta.

iv) *Risco de mercado*

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações - irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

21. Receita operacional líquida

	<u>31/03/2024</u>	<u>31/03/2023</u>
Receita bruta de venda	86.310	90.799
Impostos sobre vendas	<u>(238)</u>	<u>(242)</u>
Total	<u>86.072</u>	<u>90.557</u>

Os exercícios comparativos apresentam reflexos da implementação da reorganização patrimonial comentada na nota explicativa 1 a partir de 1º de janeiro de 2019, no qual, a Companhia deixou de atuar ativamente na produção de cana-de-açúcar e passou a explorar as próprias terras de maneira passiva, mediante a cessão do seu uso para serem exploradas por parceiro produtor através do contrato de parceria agrícola.



22. Despesas operacionais por natureza

	<u>31/03/2024</u>	<u>31/03/2023</u>
Custo		
Depreciação, amortização e baixa	499	373
Outras	(34)	39
Total	465	412
Despesas Administrativa		
Despesa com pessoal	666	661
Serviços prestados por terceiros	631	822
Indenizações	-	1.853
Impostos, taxas e contribuições	2.612	1.963
Outras	263	429
Total	4.172	5.728
Total despesas e custo	4.637	6.140
Classificadas como:		
Custo dos produtos vendidos	465	412
Despesas administrativas e gerais	4.172	5.728
Total	4.637	6.140

23. Outras (despesas) receitas operacionais líquidas

	<u>31/03/2024</u>	<u>31/03/2023</u>
Lavoura parceiros	104	115
Despesas com pessoal	-	(1.197)
Reversão (provisão) de contingência (i)	(629)	(575)
Recuperação de outras despesas operacionais	(18)	(20)
Indenizações e danos causados por terceiros	-	19
Outras	85	(548)
Total	(458)	(2.206)

(i) Refere-se a provisões Tributária, Cíveis e trabalhista.



24. Receitas financeiras

	<u>31/03/2024</u>	<u>31/03/2023</u>
Juros sobre aplicações financeiras	14.875	11.800
Juros sobre atualização de créditos tributários	688	282
Juros sobre atualização de débitos tributários e contingências	55	-
Total	15.618	12.082

25. Despesas financeiras

	<u>31/03/2024</u>	<u>31/03/2023</u>
Juros apropriados sobre empréstimos e financiamentos	(9.551)	(15.303)
Juros sobre demais operações	(11)	(22)
Impostos e contribuições sobre operações financeiras	(863)	(655)
Total	(10.425)	(15.980)

26. Compromissos

A Companhia possui compromissos de venda de cana-de-açúcar com sua parte relacionada AQ decorrente do contrato de parceria agrícola até 2032, com possibilidade de prorrogação. A quantidade de cana-de-açúcar a ser vendida é calculada em função da parcela do fruto que lhe cabe no contrato de parceria agrícola por área geográfica. O montante a ser recebido pela Companhia será determinado ao término de cada período de colheita de acordo com a sistemática de pagamento de cana-de-açúcar adotada pelo CONSECANA-SP. Cabe destacar que parte da produção de cana da CAQ é comercializada com a AQ a preço fixo, essa operação visa garantir fluxos de caixas mais previsíveis para a Companhia.

27. Lucro por ação

	<u>31/03/2024</u>	<u>31/03/2023</u>
Lucro do período atribuível aos acionistas da Companhia	58.326.779,39	52.016.075,81
Quantidade de ações ordinárias	125.071.236	125.071.236
Lucro básico e diluído por ação	0,4663485	0,4158916



28. Avais, fianças e garantias

A Companhia é avalista de suas partes relacionadas em operações de empréstimos e financiamentos, conforme segue:

Açucareira Quatá	31/03/2024	31/03/2023
Avais, fianças e garantias	2.031.830	1.731.830
Empréstimos e financiamentos	50.459	81.326
Total	2.082.289	1.813.156

A Companhia concedeu garantia a AQ que captou recursos por meio da emissão de Cédula de Produto Rural Financeira, no montante total de R\$ 600.000, em favor da True Securitizadora S.A., para ser utilizada como lastro para a emissão de Certificado de Recebíveis do Agronegócio ("CRA"), no montante de R\$ 600.000, pela securitizadora e coordenados por, Itaú BBA S.A. na qualidade de coordenador líder, XP Investimentos Corretora de Câmbios, Títulos e Valores Mobiliários S.A. e Banco Rabobank International Brasil S.A. cuja a emissão foi em 14 de novembro de 2019. A remuneração do CRA é de 100% do CDI acrescido de sobretaxa de 2,5% ao ano, com pagamentos semestrais de juros a partir de 14 de outubro de 2020 e sete amortizações semestrais a partir de 15 de outubro de 2021.

A Companhia concedeu garantia a AQ que captou recursos por meio de emissão de Cédula de Produto Rural Financeira, no montante total de R\$ 480.000 em favor da True Securitizadora S.A. para ser utilizada como lastro para a emissão de Certificado de Recebíveis do Agronegócio ("CRA"), no montante de R\$ 480.000, pela Securitizadora e coordenados por XP Investimentos Corretora de Câmbios, Títulos e Valores Mobiliários S.A. na qualidade de coordenador líder, Banco BTG Pactual S.A. e Banco Itaú BBA S.A., cuja liquidação foi realizada em 23 de novembro de 2021. A remuneração do CRA é de 7,0% ao ano, acrescido de atualização monetária pelo IPCA, com pagamentos semestrais de juros a partir de 18 de abril de 2022 e amortização em parcela única em de 15 de outubro de 2026.

A Companhia é fiadora da AQ em suas emissões de Debêntures. A 2ª emissão de debênture simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia Fidejussória, realizada em consonância com a Instrução nº 476 da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"). O montante bruto da emissão é de R\$ 201.830, remunerada com taxa contratual de 7,2% ao ano com prazo de vencimento de 5 (cinco) anos contados da data de emissão, vencendo em 15 de novembro de 2025. A 3ª Emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia Fidejussória, da Companhia, para distribuição pública com esforços restritos, nos termos da Instrução CVM nº 476/2009 ("Emissão").

Foram emitidas 450.000 de Debêntures, com valor unitário de R\$ 1,00 (um real), totalizando na Data de Emissão o valor de R\$ 450.000. As Debêntures foram emitidas em 10 de agosto de 2022. As Debêntures terão prazo de vigência de doze anos contados da Data de Emissão, com a amortização a partir do 4º ano, com remuneração de 100% do IPCA + 7,9% ao ano.



29. Avais, fianças e garantias -- Continuação

Emitida em 22 de dezembro de 2023, instrumento particular de escritura da quarta emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, a ser convolada em espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em série única, para distribuição pública, sob o rito de registro automático, da AQ. Foram emitidas 300.000. Debêntures, com valor unitário de R\$ 1.000,00 (um mil reais), totalizando R\$ 300.000. As Debêntures terão vigência de sete anos contados da data de liquidação, ocorrida em 12/01/2024, com amortizações anuais a partir do 4º ano e remuneração de 100% do IPCA + 7,31% a.a.

Concomitantemente à obtenção das debêntures foi contratado um swap de fluxo de caixa, convertendo a exposição desta operação para CDI+ 1,70% a.a.”

30. Aspectos ambientais

A Companhia considera que suas instalações e atividades estão sujeitas às regulamentações ambientais, entretanto, foram substancialmente reduzidas em função da reorganização patrimonial comentada na nota explicativa 1. Mesmo assim, a Companhia em harmonia com as demais empresas da Zilor diminui os riscos associados com assuntos ambientais, por procedimentos operacionais e investimentos em equipamento de controle de poluição e sistemas, que são procedimentos técnicos/operacionais e não foram objeto de análise dos auditores independentes por tratar-se de itens não financeiros. A administração da Companhia acredita que nenhuma provisão para perdas relacionadas a assuntos ambientais é requerida atualmente, baseada nas atuais leis e regulamentos em vigor.

Companhia Agrícola Quatá

CNPJ: 45.631.926/0001-13

Diretoria Executiva

Diretores

Fabiano José Zillo
Denise Araújo Francisco

Contador Responsável: Paulo Souza de Oliveira Junior
CRC: SP-253903/O-2

